

Ventos de São
Felipe Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A

Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 08 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior

Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.632	42.772	Fornecedores		86	25
Contas a receber de clientes	6	6.402	5.975	Dividendos a pagar	14	-	6.700
Partes relacionadas - outros créditos	14	1.054	836	Empréstimos e financiamentos	8	6.960	9.012
Outros créditos		344	327	Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	43	453
				Obrigações fiscais		2.414	2.309
				Imposto de renda e contribuição social		464	738
				Outras contas a pagar		703	568
Total do Ativo Circulante		33.432	49.910	Total do Passivo Circulante		10.670	19.805
Aplicações financeiras vinculadas	5	5.293	4.803	Empréstimos e financiamentos	8	164.392	173.576
				Provisão de desmobilização		3.127	2.989
Realizável a longo prazo		5.293	4.803	Total do Passivo Não circulante		167.519	176.565
Imobilizado	7	243.122	253.406	Patrimônio líquido	9		
Intangível		166	192	Capital social		90.042	90.042
				Reserva legal		3.560	1.800
				Reserva de lucros a distribuir		10.222	20.099
Total do Ativo Não Circulante		243.288	253.598	Total do Patrimônio líquido		103.824	111.941
Total do Ativo		282.013	308.311	Total do Passivo		178.189	196.370
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		282.013	308.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	10	63.649	59.665
Custos operacionais	11	<u>(17.396)</u>	<u>(16.380)</u>
Lucro bruto		46.253	43.285
Despesas gerais ou administrativas	12	<u>(1.460)</u>	<u>(1.327)</u>
Despesas operacionais		(1.460)	(1.327)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		44.793	41.958
Receitas financeiras	13	5.763	5.229
Despesas financeiras	13	<u>(11.401)</u>	<u>(15.770)</u>
Resultado financeiro		<u>(5.638)</u>	<u>(10.541)</u>
Resultado antes dos tributos sobre lucro		39.155	31.417
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	<u>(3.969)</u>	<u>(3.207)</u>
Lucro do exercício		<u><u>35.186</u></u>	<u><u>28.210</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício	<u>35.186</u>	<u>28.210</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>35.186</u>	<u>28.210</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		90.042	390	3.683	-	94.115
Lucro do exercício		-	-	-	28.210	28.210
Destinação do lucro:						
Reserva legal	9	-	1.410	-	(1.410)	-
Dividendos obrigatórios	9	-	-	-	(6.700)	(6.700)
Dividendos adicionais distribuídos	9	-	-	(3.683)	-	(3.683)
Reserva de lucros a distribuir	9	-	-	20.100	(20.100)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		90.042	1.800	20.100	-	111.942
Lucro do exercício		-	-	-	35.186	35.186
Destinação do lucro:						
Reserva legal	9	-	1.760	-	(1.760)	-
Dividendos obrigatórios	9	-	-	-	(8.357)	(8.357)
Dividendos adicionais distribuídos	9	-	-	(34.947)	-	(34.947)
Reserva de lucros a distribuir	9	-	-	25.069	(25.069)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		90.042	3.560	10.222	-	103.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		35.186	28.210
Ajustes para:			
Depreciação	7	10.760	8.922
Amortização Intangível	11	25	3
Amortização de despesas antecipadas		632	-
Juros sobre desmobilização de ativos	13	138	-
Rendimento de aplicações	5	(577)	(461)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	10.689	15.191
Variação monetária pós fixada ativa	8	-	(1.335)
Resultado da baixa de imobilizado	7	4	130
Apropriação do custo de captação	8	565	306
Imposto de renda e contribuição social	16	3.969	3.207
		61.391	54.173
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(427)	575
Outros créditos		(649)	672
Partes relacionadas - outros créditos, líquido das outras contras a pagar		(628)	996
Fornecedores		61	(678)
Obrigações trabalhistas		-	(37)
Obrigações fiscais		(1.049)	136
Outras contas a pagar		137	517
		58.836	56.354
Caixa proveniente das atividades operacionais			
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos (amortização de juros)	8	(12.005)	(3.365)
Impostos pagos sobre o lucro	16	(3.002)	(2.221)
		43.829	50.768
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	-	18.365
Aquisição de imobilizado	7	(480)	(14.605)
		(480)	3.760
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos acionistas	9	(50.004)	(4.911)
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	8	(7.771)	(3.514)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(2.714)	(3.345)
		(60.489)	(11.770)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		(17.140)	42.758
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	42.772	14
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	25.632	42.772
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		(17.140)	42.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 23 de janeiro de 2018, e tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do empreendimento denominado EOL Ventos de Santa Martina 11; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Ventos de Santa Martina 11; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

O empreendimento possui 63 MW de capacidade instalada do projeto e de acordo com o despacho nº 3.921 de 7 de dezembro de 2021, a última unidade geradora da Companhia entrou em operação comercial a partir do dia 8 de dezembro de 2021, quando a totalidade da energia produzida passou a estar disponível ao sistema. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 2.7 – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme diretrizes do manual de controle patrimonial do setor elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”); e
- Nota 2.7 – provisão para desmobilização: determinar o prazo de operacionalização do empreendimento com base no período de concessão da outorga.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas – outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas – outras contas a pagar, outras contas a pagar e dividendos a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26): as alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota 8, a Companhia tem um empréstimo bancário que está sujeito a *covenants* específicos, o qual é constantemente monitorado pela Administração, efetivando assim o seu fiel cumprimento durante a vigência do contrato.
- (b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40): as alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade Fcom início em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui operações desta natureza.
- (c) Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração do Grupo Casa dos Ventos (“Grupo CDV”) estabelece um montante mínimo em posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada empresa se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento do Grupo CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e na Casa dos Ventos Comercializadora S.A (“Comercializadora”). Todo recurso excedente deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos do Grupo CDV através do FIC Domus Ventus (“FIC Consolidador”), que por sua vez faz a alocação nos fundos de investimentos (“FIs”) da Companhia.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados na nota 8, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo		Cenário 25%	Cenário 50%
	31/12/2023	Risco		
Saldo de fundos de investimentos	25.337	Baixa do CDI	23.853	22.506
Efeito no resultado	5.181		3.697	2.350
Aplicações financeiras (vinculadas)	5.293	Baixa do CDI	5.137	4.990
Efeito no resultado	577		421	274
Empréstimos e financiamentos	(171.352)	Alta do IPCA	(174.191)	(177.029)
Efeito no resultado	(10.688)		(13.527)	(16.365)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	295	559
Aplicações financeiras (a)	-	5.251
Aplicações financeiras – fundo de investimentos (b)	25.337	36.962
Total	<u>25.632</u>	<u>42.772</u>

- (a) A Companhia mantém suas aplicações financeiras em caixa e equivalentes preferencialmente em fundos contratados para esse fim, com baixo risco de crédito. Para aplicações financeiras com prazo inferior a 30 dias, a Companhia contratou em 31 de dezembro de 2022 instrumentos de renda fixa de curto prazo com baixo risco de crédito (CDBs e compromissadas), e remuneração com taxas entre 80% e 107% do CDI.
- (b) A Companhia possui aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento, uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2023 foi de 13,32% a.a (5,02% acumulado em 31 de dezembro de 2022 desde a constituição do fundo de investimentos no dia 16 de agosto do mesmo ano). A Companhia não é controladora do fundo de investimento, porém a CDV Holding S.A. e suas controladas possuem 100% de participação no capital social do fundo. Portanto, o fundo de investimento está sendo consolidado ao nível da controladora final.

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras vinculadas – BNB (a)	5.293	4.803
Total	<u>5.293</u>	<u>4.803</u>
Ativo circulante	-	-
Ativo não circulante	5.293	4.803

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento com o BNB em 30 de dezembro de 2019. Conforme previsto no instrumento de crédito, a Companhia deve retratar nestas demonstrações financeiras, o recurso existente em conta de reservas de Serviço da Dívida. Ademais, tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 12,09% a.a em 31 de dezembro de 2023 (11,45% a.a em 31 de dezembro de 2022).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	4.803	22.737
Rendimento de aplicações	577	461
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(87)	(30)
Resgates de aplicações financeiras	-	(18.365)
Saldos finais	<u>5.293</u>	<u>4.803</u>

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Venda de energia – terceiros	6.259	5.924
Venda de energia – partes relacionadas (nota 14)	143	51
Total	<u>6.402</u>	<u>5.975</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não identifica-se perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2023.

7 Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Torres anemométricas	10,00%	62	(20)	42	53
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	252.655	(21.555)	231.100	240.977
Edificações	3,33% a 4%	3.148	(220)	2.928	3.034
Provisão para desmobilização	2,86%	2.989	(85)	2.904	2.989
Custos de empréstimos	3,13%	6.576	(428)	6.148	6.353
Total		<u>265.430</u>	<u>(22.308)</u>	<u>243.122</u>	<u>253.406</u>

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Torres anemométricas	53	-	(4)	(7)	42
Máquinas e equipamentos	240.977	480	-	(10.357)	231.100
Edificações	3.034	-	-	(106)	2.928
Provisão para desmobilização	2.989	-	-	(85)	2.904
Custo de empréstimo	6.353	-	-	(205)	6.148
Total	<u>253.406</u>	<u>480</u>	<u>(4)</u>	<u>(10.760)</u>	<u>243.122</u>

Descrição	31/12/2021	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Torres anemométricas	154	1	-	(88)	(14)	53
Máquinas e equipamentos	215.705	14.604	19.628	(42)	(8.918)	240.977
Edificações	29.005	-	(26.204)	-	233	3.034
Provisão para desmobilização	-	2.989	-	-	-	2.989
Custo de empréstimo	-	-	6.576	-	(223)	6.353
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	-	-
Total	<u>244.864</u>	<u>17.594</u>	<u>-</u>	<u>(130)</u>	<u>(8.922)</u>	<u>253.406</u>

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui valor em adição no montante de R\$ 2.989 que não teve efeito caixa, referente a provisão para desmobilização.

8 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) no valor de R\$ 166.830 destinado à implantação do empreendimento, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”).

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 1,15% ao ano. O período total de pagamento é de 198 meses com carência de 32 meses. Em dezembro de 2020 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a), previsto no contrato de financiamento com o BNB.

Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais (não financeiros) para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e a garantia dele se dá por meio de fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia encontra-se adimplente com os *covenants* presentes no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Financiamento	181.078	190.165
Custo de captação – empréstimos e financiamentos		(9.726)	(7.577)
Total		<u>171.352</u>	<u>182.588</u>

b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	<u>182.588</u>	<u>178.650</u>
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	(7.771)	(3.514)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.689	15.191
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos (amortização de juros)	(12.005)	(3.365)
Variação monetária pós fixada ativa	-	(1.335)
Apropriação custo de captação	565	306
Custo de captação incorrido no exercício – empréstimos e financiamentos	<u>(2.714)</u>	<u>(3.345)</u>
Saldos finais	<u>171.352</u>	<u>182.588</u>
Circulante	6.960	9.012
Não circulante	164.392	173.576

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
2024	-	-	8.951	4,9%
2025	9.359	5,4%	9.330	5,2%
2026	9.445	5,4%	9.403	5,2%
2027	9.419	5,4%	9.381	5,2%
2028	10.019	5,8%	9.893	5,5%
2029	10.576	6,1%	10.637	5,9%
2030	11.183	6,4%	11.154	6,2%
2031	11.869	6,8%	11.740	6,5%
2032	12.356	7,1%	12.156	6,7%
2033	12.941	7,5%	12.923	7,1%
2034	13.650	7,9%	13.528	7,5%
2035	14.344	8,3%	14.120	7,8%
2036	15.136	8,7%	15.065	8,3%
2037	15.898	9,2%	15.715	8,7%
2038	15.946	9,2%	15.756	8,7%
2039	1.329	0,8%	1.401	0,8%
Total parcelas – longo prazo	173.470	100,0%	181.153	100,0%
(-) Custo de captação – longo prazo	(9.078)		(7.577)	
Saldo total – longo prazo	164.392		173.576	

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 90.042 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 90.042 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 90.042.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionista	31/12/2023			31/12/2022		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Ventos de São Felipe Holding S.A.	100%	90.042	90.042.000	100%	90.042	90.042.000
Total	100%	90.042	90.042.000	100%	90.042	90.042.000

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a constituição dos dividendos obrigatórios no montante de R\$ 8.357 (R\$ 6.700 em 31 de dezembro de 2022).

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício	35.186	28.210
(-) Reserva legal (5%)	(1.760)	(1.410)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	33.426	26.800
Dividendos propostos	8.357	6.700

Dividendos adicionais distribuídos

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 34.947 (R\$ 3.683 em 31 de dezembro de 2022).

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou constituição de reserva legal no montante de R\$ 1.760 (R\$ 1.410 em 31 de dezembro de 2022), conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 25.069 (R\$ 20.100 em 31 de dezembro de 2022).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2023 a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$ 50.004 (R\$ 4.911 em 31 de dezembro de 2022).

10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Venda de energia	66.031	61.926
PIS e Cofins sobre vendas	(2.382)	(2.261)
Total	63.649	59.665

11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Custos com pessoal	(209)	(155)
Energia comprada	(3.356)	(4.876)
Depreciação	(10.547)	(8.697)
Amortização	(25)	(3)
Outros custos	(37)	(127)
Serviços - pessoa jurídica	-	(265)
Gastos operacionais – geração energia	(829)	(655)
Seguros	(621)	(419)
Gastos com propriedades	(915)	(933)
Gastos com manutenção	(615)	(14)
Taxa de fiscalização – Aneel	(242)	(236)
Total	(17.396)	(16.380)

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Serviços tomados - pessoa jurídica (nota 14) (a)	(1.153)	(1.049)
Tributos e contribuições	(1)	(1)
Despesas com escritórios	-	(23)
Despesas legais	(1)	(10)
Taxa de manutenção com órgão regulador.	(31)	(19)
Depreciação	(213)	(225)
Despesas com manutenção	(50)	-
Seguros	(11)	-
Total	<u>(1.460)</u>	<u>(1.327)</u>

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.086 se refere a pagamentos de consultoria à CDV Holding S.A. (R\$ 997 em 31 de dezembro de 2022), conforme citado na nota 14(a).

13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira (a)	5.758	3.864
Outras receitas financeiras	5	30
Varição monetária pós fixada ativa	-	1.335
Subtotal	<u>5.763</u>	<u>5.229</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(10)	(9)
Juros sobre empréstimos e financiamento (a)	(10.688)	(15.191)
Juros sobre desmobilização de ativos	(138)	(264)
Apropriação custo de captação	(565)	(306)
Subtotal	<u>(11.401)</u>	<u>(15.770)</u>
Total	<u>(5.638)</u>	<u>(10.541)</u>

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras e juros sobre empréstimos que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, pois estão sendo capitalizados em conta de ativo imobilizado.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	<u>1.197</u>	<u>887</u>
Contas a receber de clientes		
Venda de energia – partes relacionadas (nota 6)/(c)	143	51
Partes relacionadas – outros créditos		
Transações de condomínio (b)	1.054	836
Passivo	<u>43</u>	<u>7.153</u>

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas – outras contas a pagar		
Transações de condomínio (b)	43	453
Dividendos a pagar	-	6.700
Resultado	<u>2.881</u>	<u>2.432</u>
Receita líquida de vendas		
Venda de energia (c)	4.090	4.384
Custos operacionais		
Energia comprada (c)	(123)	(955)
Despesas gerais ou administrativas		
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(1.086)	(997)

(a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui um contrato de prestação de serviços firmado com a CDV Holding S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos. Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía contrato com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. e, decorrente da alteração na estrutura societária do Grupo Casa dos Ventos, houve a rescisão deste, sendo celebrado um novo contrato junto a CDV Holding S.A para o ano de 2023.

(b) A Companhia possui gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias patrimoniais até a sua liquidação.

(c) A Companhia possui operações de compra e venda de energia entre empresas partes relacionadas – Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A CDV Holding S.A. é a controladora final da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 09 de dezembro de 2021, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		25.632	25.632	42.772	42.772
Contas a receber de clientes		6.402	6.402	5.975	5.975
Partes relacionadas - outros créditos		1.054	1.054	836	836
Aplicações financeiras vinculadas		5.293	5.293	4.803	4.803
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(171.352)	(181.078)	(182.588)	(190.165)
Fornecedores		(86)	(86)	(25)	(25)
Dividendos a pagar		-	-	(6.700)	(6.700)
Outras contas a pagar		(703)	(703)	(568)	(568)
Partes relacionadas – outras contas a pagar		(43)	(43)	(453)	(453)
Total		<u>(133.803)</u>	<u>(143.529)</u>	<u>(135.948)</u>	<u>(143.525)</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 1 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos (BNB)	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda corrente	(2.737)	(2.188)
Contribuição social corrente	(1.232)	(1.019)
Total	(3.969)	(3.207)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Venda de energia	66.031	61.926
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro presumido	5.282	4.954
Outras receitas não operacionais (a)	5.763	3.798
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(2.737)	(2.188)
CSLL/alíquota de presunção	12%	12%
CSLL/Lucro presumido	7.924	7.431
Outras receitas não operacionais (a)	5.763	3.894
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(1.232)	(1.019)

(a) Trata-se de receitas financeiras. As diferenças de base da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 13(a).

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	738	548
Imposto de renda e contribuição social no exercício	3.969	3.207
Impostos pagos sobre o lucro	(3.002)	(2.221)
Compensações no exercício	(1.241)	(796)
Saldos finais	464	738

17 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

18 Eventos subsequentes

Em 30 de janeiro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), deliberou-se sobre a proposta de redução de capital no montante de R\$ 22.240, com o cancelamento de 22.240.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e a restituição do capital ao único acionista da Companhia. Com a deliberação, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado de R\$ 90.042, reduziu para R\$ 67.802.